

Caminho obscuro

DIREÇÃO DO BB COLOCA O BANCO NUMA ROTA QUE O DISTANCIA DO PAPEL DE BANCO PÚBLICO



A diretoria do Banco do Brasil mantém uma rota que leva a empresa cada vez para mais longe da visão defendida pelo movimento sindical bancário para o papel de um banco público. Em lugar de respeito com seus funcionários, sobrecarga de trabalho, precarização e assédio moral. Em lugar de investimentos no setor produtivo, gerando emprego e desenvolvimento social para o país, foco no lucro fácil do crédito para o consumo, com juros altíssimos.

“O BB vem adotando as mesmas práticas dos bancos privados, impondo uma reestruturação produtiva calçada na exploração dos funcionários, pressão por metas absurdas e transformação das agências em ‘unidades de negócios’, excluindo os clientes de baixa renda”, afirma Marcel Barros, secretário-geral da Contraf-CUT e funcionário do BB.

O Espelho reuniu alguns casos que demonstram essa opção equivocada do banco e do governo federal. “Somos contrários a esse rumo tomado pelo banco e vamos manter pressão para melhorar a condições de trabalho para os funcionários e de atendimento para os clientes”, completa Marcel.

R\$ 20 bilhões para consumo, menos verba para produção

O governo federal lançou, por meio do Banco do Brasil, uma nova modalidade de crédito, com R\$ 20 bilhões para cerca de 20 milhões de clientes do banco, conforme reportagem publicada no dia 9 de dezembro pelo jornal O Estado de S. Paulo. O dinheiro pode ser usado por meio de cartões emitidos pelo BB. Os clientes podem usar cartão de crédito e débito para adquirir bens de consumo em até 48 prestações.

O objetivo é injetar recursos na economia para retomar o caminho do crescimento, interrompido no terceiro trimestre de 2011 – em grande medida, por conta de decisões equivocadas tomadas pelo próprio governo no início do ano. Foi um conjunto de ações para conter o crédito e reduzir o crescimento da economia brasileira, com o apoio do mercado financeiro e da grande mídia.

Para a Contraf-CUT, a expansão do crédito para o consumo é uma medida emergencial, mas que vai na contramão do papel do BB como banco público. “A economia vive um momento preocupante de estagnação. O novo produto de crédito do BB é usado de forma estratégica para salvar o governo das medidas precipitadas ao injetar crédito no consumo, enquanto faltam políticas para fomentar a produção, a geração de empregos e a distribuição de renda”, avalia Marcel Barros, secretário-geral da Contraf-CUT e funcionário do BB. “O BB não pode deixar de cumprir o seu papel de banco público, que é o de promover o desenvolvimento econômico e social do país, de forma responsável e sustentável”, defende o dirigente sindical.



Juros elevados

Além de os cartões terem as funções de crédito e débito, o novo produto deixará à disposição dos clientes a função de crediário. A ideia é que a terceira opção seja oferecida pelos funcionários do comércio na hora do pagamento. Os juros variam de 2,17% ao mês (no caso de um empréstimo de seis meses) a 2,83% ao mês.

“Os juros de 2,17% ao mês representam 29,3% ao ano. O spread bancário é altíssimo, no mínimo de 12%. A pergunta que fazemos é: um funcionário do comércio terá condições de esclarecer aos clientes o real endividamento que estarão assumindo?”, indaga o dirigente sindical.

Diante dos altos níveis de inadimplência - os empréstimos vencidos em bancos podem chegar a R\$ 330 bilhões até o fechamento do ano, segundo notícia veiculada nesta sexta-feira pelo jornal Valor Econômico - o BB age com irresponsabilidade. “O banco está incentivando indiscriminadamente o consumo, podendo levar clientes a endividamentos excessivos”, alerta Marcel.

Dos 80 milhões de cartões que compõem a base do banco, 20 milhões terão acesso à função. Em um primeiro momento, só terão acesso à nova modalidade de crédito os clientes com a bandeira Visa.

A meta do BB é expandir em 21% o crédito às pessoas físicas neste ano. Alta era de 20% até o terceiro trimestre. “O BB, na ânsia de ofertar crédito, investe apenas no aumento do consumo. Enquanto isso, o setor produtivo continua às minguas. O BB deve assumir seu papel de banco público e tomar medidas efetivas para promover o crescimento do país”, conclui Marcel.

No BB, vale tudo por R\$ 1 trilhão

Também contra o perfil esperado de um banco público foi a absurda meta anunciada internamente pela diretoria do Banco do Brasil para os últimos meses de 2011: atingir a marca de R\$ 1 trilhão em ativos até 31 de dezembro. Para atingir esse objetivo arbitrário, o presidente do banco, Aldemir Bendine, convocou toda a cúpula da empresa e ordenou o cancelamento de férias, abonos, licença-prêmio e processos seletivos internos em andamento. O foco dos gestores deveria ser pressionar os funcionários para oferecerem crédito a qualquer custo – muitas vezes, até de forma ilegal.

Imediatamente a ordem do presidente começou a ser replicada da pior forma possível nas unidades da federação. Parte dos gestores abriu a sacola de maldades e passou a hostilizar e ameaçar toda a equipe de funcionários, mandando os mesmos trabalharem em finais de semana de forma ilegal e ameaçando com a retirada das comissões.

Muitos gestores ainda pressionaram os trabalhadores a realizar operações ilegais, liberando crédito sem autorização dos clientes, colocando em risco a carreira dos trabalhadores. Além disso, criaram falsas centrais de crédito, esvaziando as agências de forma perigosa e irresponsável, pois ali existe a necessidade de um número mínimo de bancários para atender satisfatoriamente as demandas diárias de trabalho.

“Com o vale tudo, a impressão é que a verdadeira meta do banco é ser o pior em condições de trabalho, abuso de poder, desrespeito a clientes e funcionários”, diz Fabiano Felix, secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Pernambuco e funcionário do banco. “O nome que se dá a essa atitude da direção da empresa é violência organizacional. Felizmente, gestores de algumas regiões mostraram uma atitude mais coerente e decente e estão indignados com a postura intransigente e pouco eficaz da direção do banco.”

A Contraf-CUT e o movimento sindical se organizaram para denunciar o banco e sua direção, bem como os gestores que não estão rejeitando esse pacote de ilegalidades de final de ano. “Os funcionários devem estar atentos sempre e se negar a tomar atitudes que depois podem se reverter contra eles mesmos, como a venda casada de produtos”, afirma Jeferson Boava, representante da Feeb São Paulo e Mato Grosso do Sul na Comissão de Empresa dos funcionários (CEBB).